REPÚBLICA PORTUGUESA

GABINETE DA MINISTRA DA JUSTIÇA

Ex.ma Senhora
Chefe do Gabinete de
Sua Excelência o Secretário de
Estado dos Assuntos Parlamentares
Palácio de S. Bento
1249-068 LISBOA

SUA REFERÊNCIA	SUA COMUNICAÇÃO DE	NOSSA REFERÊNCIA	DATA
Of. 525 Ent. 998	21/02/2019	P.º 2419/2015 N.º 648	25 MAR. 2019

ASSUNTO: **Resposta à pergunta n.º 1365/XIII/4.ª de 21 de fevereiro de 2019, do Grupo Parlamentar do CDS-PP (Deputados Vânia Dias da Silva, Telmo Correia e Nuno Magalhães) - Mega sala de audiências no Campus de Justiça de Lisboa.**

Em referência ao ofício acima indicado, junto tenho a honra de remeter a V. Ex.ª a resposta à Pergunta melhor identificada em epígrafe.

Com os melhores cumprimentos,

O Chefe do Gabinete

Henrique Antunes

EB/OC

Praça do Comércio, 1149-019 Lisboa, PORTUGAL
TEL + 351 21 322 23 00 EMAIL gabinete.mj@mj.gov.pt

NOTA

Assunto: Resposta à pergunta n.º 1365/XIII/4.ª de 21 de fevereiro de 2019, do Grupo Parlamentar do CDS-PP (Deputados Vânia Dias da Silva, Telmo Correia e Nuno Magalhães) - Mega sala de audiências no Campus de Justiça de Lisboa. Plano para a relocalização dos tribunais do Campus de Justiça de Lisboa e de serviços centrais do MJ.

Os Senhores Deputados Vânia Dias da Silva, Telmo Correia e Nuno Magalhães do CDS-PP questionam, ao abrigo do disposto na alínea d) do artigo 156.º da Constituição da República Portuguesa e da alínea e) do n.º 1 do artigo 4.º do Regimento da Assembleia da República, o Ministério da Justiça a propósito da recente inauguração da mega sala de audiências no Campus de Justiça de Lisboa:

«1. Mantém V. Exa. a intenção de relocalização dos tribunais do Campus de Justiça de Lisboa?»
«2. Este investimento está contemplado no Orçamento de Estado para 2019?»
«3. Tenciona V. Exa. concretizar, ainda durante o mandato do XXI Governo Constitucional, a aprovação do plano de investimentos em infraestruturas da Justiça?»

Às questões colocadas cumpre informar o seguinte:

Tal como previsto no artigo 184.º da Lei do Orçamento do Estado de 2019, o MJ tem como objetivo implementar a execução do plano "Pensar Lisboa".

Este plano prevê o encerramento gradual dos estabelecimentos prisionais de Lisboa e Setúbal, que se concretizará mediante a criação de novos lugares nos Estabelecimentos Prisionais de Alcoentre, Sintra, Linhó, Pinheiro da Cruz e a construção do novo Estabelecimento Prisional no Montijo.

O procedimento de contratação do projeto de arquitetura relativo à remodelação de 13 pavilhões localizados nestes EPs, encontra-se em fase de adjudicação.

Tenciona também o MJ construir um novo Estabelecimento Prisional a sul do Tejo na Herdade do Gil Vaz junto à aldeia de Canha, no concelho do Montijo, distrito de Setúbal.

Na sequência de protocolo assinado em 24/10/2018, uma equipa da Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa encontra-se a elaborar o projeto base (estudo de conceção) deste novo Estabelecimento Prisional.

Outra das medidas a desenvolver, tendo em vista alcançar níveis acrescidos de economia e de eficiência nos serviços de justiça, consiste na apresentação e aprovação de um plano para a relocalização dos tribunais do Campus de Justiça de Lisboa e dos serviços centrais do Ministério da Justiça. A aprovação deste plano possibilitará o desenvolvimento dos procedimentos sequenciais de contratação, quer dos projetos quer das obras subsequentes, que permitirão a reinstalação dos Tribunais e Serviços Centrais, atualmente a funcionar no Campus de Justiça de Lisboa, e a consequente rescisão, em 2026, do contrato de arrendamento deste, com as poupanças e benefícios que lhe estão subjacentes.

Constitui objetivo do MJ reinstalar os Tribunais a funcionar no Campus de Justiça de Lisboa nos terrenos confinantes com o edifício do EPL, estando em curso um processo de articulação com o Ministério das Finanças, a Estamo e a Câmara Municipal de Lisboa para que este objetivo se torne uma realidade.

No sentido da concretização do Plano Pensar Lisboa está prevista no orçamento de 2019 verba para a transferência do Juízo de Comércio para o Palácio da Justiça, junto ao EPL e a reinstalação ali do Tribunal Marítimo em 2020.

No que respeita à disponibilização dos terrenos do EPL, está em curso um processo de articulação com o Ministério das Finanças, a Estamo e a Câmara Municipal de Lisboa.

Gabinete da Secretária de Estado Adjunta e da Justiça, 25 de março de 2019